



Senado aprova regras para agentes de saúde e de endemias

Projeto define atribuições dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias. Como foi modificado, o texto volta para análise da Câmara dos Deputados

O Plenário aprovou ontem projeto de lei da Câmara que regulamenta as atividades de agentes comunitários de saúde e de agentes de combate a endemias. O texto recebeu emendas na Comissão de Assuntos Sociais, apresentadas pela relatora, Marta Suplicy.

Uma delas permite aos agentes aferir pressão arterial e glicemia capilar, apli-

car vacinas e fazer curativos. Senadores ressaltaram o papel dos agentes no diagnóstico precoce de doenças como diabetes e acidente vascular cerebral.

Para exercer a profissão, os agentes de saúde e de combate a endemias deverão concluir curso técnico de formação inicial e ter ensino médio completo. A jornada das duas categorias será de 40 horas. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Presidente do Senado, Eunício Oliveira, e relatora, Marta Suplicy, em Plenário, durante sessão que aprovou o projeto

Volta à Câmara texto com normas para piscinas **3**

Avança novo Código de Aeronáutica **7**

Eunício defende diálogo com Judiciário **2**

Senado autoriza empréstimo do BID para o Ceará **3**

Comissão debaterá cultivo de maconha para uso pessoal **7**

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Na audiência conduzida por Romário (D), debatedores discutem sugestão, apresentada por cidadão, de criminalizar ritmo

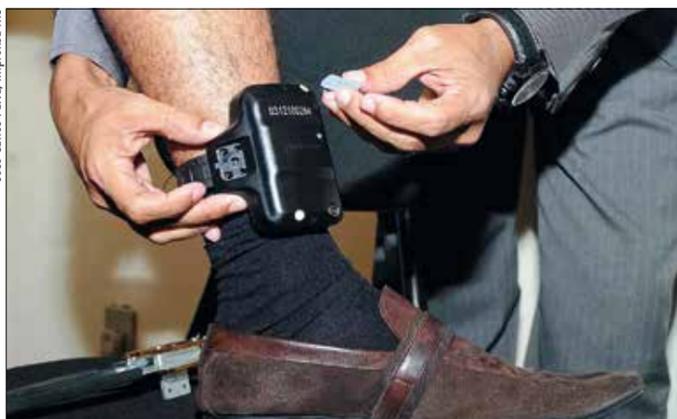
Proposta de proibir funk recebe críticas em debate

Convidados e senadores que participaram de uma audiência ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa condenaram a

sugestão legislativa que criminaliza o funk. A proposta foi apontada como uma ofensa às liberdades individuais e como um ato de discriminação

contra os jovens que apreciam o funk, muitos deles moradores de periferia e favelas que encontram no ritmo formas de expressão e identidade. **4**

Preso poderá ter de pagar por tornozeleira eletrônica



Projeto busca reduzir despesa pública com monitoramento eletrônico de presos

Um projeto aprovado ontem em decisão final na Comissão de Constituição e Justiça determina que condenados monitorados por tornozeleira eletrônica deverão pagar pelo equipamento. Pelo texto, o Estado custeará apenas as tornozeleiras de presos que comprovarem não ter condições financeiras de arcar com a despesa. O projeto, de Paulo Bauer, foi aprovado por unanimidade na CCJ e segue para a Câmara dos Deputados. **8**

Criação das polícias penais passa em primeiro turno no Plenário

Foi aprovada por unanimidade, em primeiro turno no Plenário, a PEC que cria as polícias penais federal, estaduais

e distrital. Elas vão cuidar da segurança dos presídios. Após três sessões de discussão, será votada em segundo turno. **5**



Jefferson Rudy/Agência Senado

Autor da PEC 14, Cássio Cunha Lima durante sessão do Plenário do Senado

Aprovada punição mais dura para torcedor que fizer vandalismo

De acordo com projeto aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, a pena para integrantes de torcida

organizada que promoverem tumultos poderá ser condenação até 4 anos de prisão, o dobro da pena máxima atual. **6**



Pedro Franco/Agência Senado

Armando é o autor do projeto que busca coibir ação criminosa de torcedores

José Carlos Pinheiro/Imprensa, MG

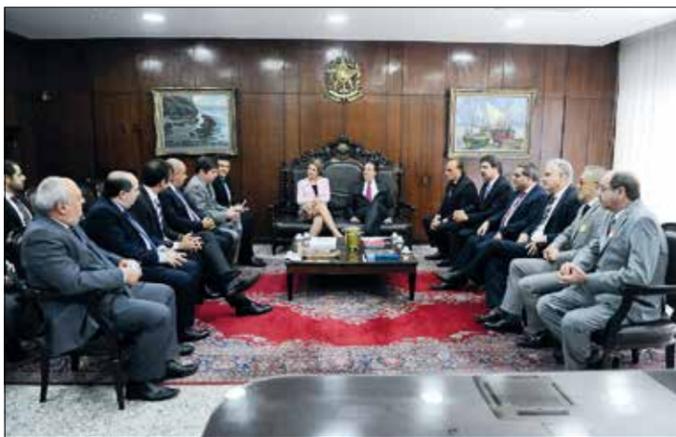
Eunício defende diálogo com o Poder Judiciário

Presidente do Senado afirmou a representantes da magistratura que o Legislativo está aberto para debater projetos de interesse do setor. O Parlamento precisa dialogar com todos os Poderes, disse

DURANTE REUNIÃO COM representantes da magistratura, ontem, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, defendeu o diálogo do Legislativo com o Judiciário.

— Nós temos que dialogar com todos os Poderes. Estamos aqui abertos para fazer o debate dos projetos que eles têm interesse e estão em andamento — afirmou Eunício.

Os representantes do Judiciário foram levados para audiência com o presidente do Senado pela senadora Marta Suplicy (PMDB-SP). O presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Guilherme Feliciano, fez um balanço



Eunício (C), ao lado de Marta, recebe representantes da magistratura

positivo do encontro.

— O presidente Eunício foi muito receptivo. Nós faremos outras visitas com as bancadas e os presidentes dos tribunais de outros estados. O maior

propósito é aproximar o diálogo entre o Parlamento e a magistratura — disse Guilherme Feliciano.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Em Plenário, Ana Amélia defende Operação Lava Jato

Ana Amélia (PP-RS) disse esperar que a corrupção seja varrida do país após a Operação Lava Jato. E afirmou ainda que as ações da polícia e da Justiça não podem ser contaminadas por privilégios ou impunidade.

Ela citou artigo de Delfim Netto publicado ontem em que ele garante que a Lava Jato talvez seja hoje o único consenso da sociedade.

— Quando vemos o esforço aparente ou expresso de sepulturar a Lava Jato, estamos diante de um risco inaceitável.



Jefferson Ruy/Agência Senado

“Investigação não provou nada contra mim”, diz Gladson

O senador Gladson Camelli (PP-AC) disse ontem, no Plenário, que, apesar de ter sido citado nas investigações da Operação Lava Jato, nada foi encontrado em sua vida pessoal e empresarial, nem em suas campanhas políticas.

Segundo ele, um homem público deve provar constantemente a lisura dos seus atos. O senador afirmou que, a partir de agora, o Congresso deve se empenhar em votar as reformas para o Brasil voltar a trilhar o caminho do desenvolvimento.



Moisira Maniz/Agência Senado

Cassol afirma que corrupção causou desemprego e fome

Ivo Cassol (PP-RO) se disse estarecido com as denúncias de corrupção. Ele citou os R\$ 51 milhões encontrados em um apartamento vinculado ao ex-ministro Geddel Vieira Lima, do PMDB. Cassol lembrou que o ex-ministro foi homem de confiança nos governos dos ex-presidentes Lula, Dilma e Michel Temer.

— É por isso que esse país está nesse buraco. É por isso que nós estamos vivendo com a população desempregada passando miséria e necessidade.



Roque de Sá/Agência Senado

Regina: elites querem impedir candidatura de Lula

Regina Sousa (PT-PI) disse ontem que o desejo da elite do país é impedir que o ex-presidente Lula concorra à Presidência em 2018. Para ela, essa é a razão da tentativa de incriminá-lo. A senadora disse ainda que, se Lula for condenado, será com base em delações de pessoas “submetidas às masmorras”.

Ela estranhou que Lula tenha sido denunciado duas vezes na Justiça na mesma semana em que a Polícia Federal apreendeu R\$51 milhões em apartamento de Geddel Vieira Lima. Para Regina, é mais uma tentativa de manter o foco apenas em Lula.



Moisira Maniz/Agência Senado

Para Lindbergh, Lula vai mostrar inocência a Moro

Ao comentar o depoimento dado ontem pelo ex-presidente Lula ao juiz Sérgio Moro, no âmbito da Operação Lava Jato, Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou a “seletividade” da Justiça brasileira e afirmou que o motivo de tanta “perseguição contra Lula” é a força que o ex-presidente tem junto ao povo brasileiro.

— Todos que arquitetaram o golpe contra o PT já estão desmoralizados.

O senador acredita que, “mais uma vez, Lula vai mostrar sua inocência e coerência ao juiz Moro e ao Brasil”.



Roque de Sá/Agência Senado

Magno Malta cobra punição mais dura para Joesley Batista

Magno Malta (PR-ES) comentou na terça-feira a prisão de Joesley Batista. Ele cobrou punição mais dura para o empresário, a quem chamou de “chantagista”.

— Eles saíram gravando para ter todo mundo de refém. Não é hora de se acovardar, a nação espera que esses canalhas paguem — protestou o senador.

Malta também pediu ao ex-ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que explique sua suposta tentativa de interferir nas decisões do STF, como insinuado nas gravações de Joesley Batista.



Roque de Sá/Agência Senado

Comissão fará audiências sobre a privatização da Eletrobras

A Comissão Senado do Futuro (CSF) realizará ciclo de audiências públicas para debater o impacto das privatizações no setor elétrico. O requerimento, apresentado pelo presidente da comissão, senador Hélio José (PMDB-DF), foi aprovado ontem.

No mês passado, o presidente Michel Temer anunciou o plano de privatização da Eletrobras e suas subsidiárias. A União detém 60% das ações da Eletrobras. Com a privatização, o governo deixará de controlar a estatal e permanecerá como acionista.

A comissão aprovou ainda o pedido de Hélio José de uma audiência sobre a regulamentação da profissão de bombeiro civil. Os debates deverão abordar a criação de um conselho federal da profissão e a padronização nacional do uniforme.

O pedido do senador Cristovam Buarque (PPS-DF) de se debater em audiência “o papel da gestão pública eficiente na construção do futuro” também foi aprovado pela comissão. Segundo o senador, a crise que o país atravessa tem como um dos seus principais motivos “os

equivocos da gestão pública”.

— As universidades, por exemplo, não precisam de mais dinheiro. Não basta mais dinheiro se não formos capazes de melhorar a gestão pública. Não ter uma gestão pública eficiente é a maneira mais abjeta de se privatizar, que é jogar dinheiro fora.

Importância social da energia solar é tema de debate hoje

O uso da energia solar como vetor de desenvolvimento social será o tema de uma audiência marcada para as 9h de hoje na Comissão Senado do Futuro. O pedido de audiência é do presidente da comissão, Hélio José. Foram convidados representantes do Ministério do Meio Ambiente e da Agência Espacial Brasileira.

A audiência faz parte do ciclo que debaterá o uso do carvão, do urânio e de recursos naturais renováveis e o futuro da produção energética brasileira.

Veja abaixo como acompanhar a audiência e participar dela



Senador Hélio José preside reunião da Comissão Senado do Futuro

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CAS Laringe eletrônica

8h30 Audiência interativa debate a inclusão, na tabela do SUS, do equipamento “laringe eletrônica”.

CPI DA PREVIDÊNCIA São Paulo

9h Debate na Assembleia Legislativa de São Paulo, com representantes do Judiciário, do Ministério Público e de fiscais.

CRE Congo

9h Sábatina de indicado para a embaixada brasileira no Congo.

CSF Futuro e energia solar

9h A energia solar como vetor de desenvolvimento social é tema de debate.

CPI DOS MAUS-TRATOS Crianças

10h30 Apreciação de requerimentos.

PLENÁRIO Campanha eleitoral

11h Na pauta, projeto que institui o Fundo Especial de Financiamento de Campanha.

ESTATUTO DO TRABALHO Colaboração

14h Reunião com o grupo de trabalho colaborador.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Plenário aprova regras para agentes de saúde

Como sofreu alterações na Comissão de Assuntos Sociais, projeto que regulamenta profissão de agente de saúde e de combate a endemias volta para análise da Câmara dos Deputados

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem, por unanimidade, projeto que regulamenta a atuação dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias. Como houve mudanças feitas pela relatora, Marta Suplicy (PMDB-SP), na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o texto voltará para análise dos deputados.

O PLC 56/2017 define atribuições, nível de qualificação e condições de trabalho dos agentes. Pela proposição, a jornada das duas categorias será de 40 horas, divididas em 30 horas semanais para atividades externas de visita domiciliar e outras ações de campo e mais 10 horas semanais para atividades de planejamento e avaliação das ações.

Para exercer a profissão, os agentes de saúde e os de combate a endemias deverão concluir curso técnico de formação inicial e ter ensino médio completo. Para quem já está trabalhando, não será exigido o ensino médio. E para os que já estavam exercendo suas funções em 5 de outubro de 2006, não será exigido o ensino fundamental.

O projeto é do deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), mas o texto aprovado na Câmara foi o substitutivo do deputado



Senadores destacaram em Plenário a importância do trabalho dos agentes

Valtenir Pereira (PSB-MT). Na CAS, Marta Suplicy também apresentou alterações com nove emendas.

Uma das emendas permite aos agentes aferir a pressão arterial e a glicemia capilar, aplicar vacinas e fazer curativos. Outra alteração feita no Senado também permite que o agente more longe da comunidade na qual atende.

Ruth Brilhante

A relatora também aceitou sugestões de senadores para batizar o projeto com o nome da goiana Ruth Brilhante, falecida este ano, que era líder dos agentes comunitários de saúde e presidente de entidade nacional, engajada na luta por melhores condições de trabalho para esses profissionais.

Vários senadores também destacaram a batalha da categoria nos últimos 20 anos pela regulamentação da atividade. Ronaldo Caiado (DEM-GO), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), José Serra (PSDB-SP), Regina Sousa (PT-PI), Eduardo Amorim (PSDB-SE) e Waldeir Moka (PMDB-MS) ressaltaram o papel dos agentes de saúde no diagnóstico precoce de doenças como diabetes e acidente vascular cerebral.

O trabalho dos agentes comunitários contra a desnutrição infantil e o acompanhamento de gestantes nas comunidades mais pobres, além da contribuição dos agentes no combate a endemias como dengue e malária, também foram apontados pelos senadores como fundamentais.

Crime próximo a escola poderá ter pena mais rígida

Crimes praticados dentro ou nas imediações de escolas podem ter a pena agravada. É o que determina o Projeto de Lei do Senado (PLS) 469/2015, de Raimundo Lira (PMDB-PB), aprovado ontem, em decisão final, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Se não houver recurso para votação em Plenário, o projeto será enviado à Câmara.

Nos casos de homicídio, sequestro e cárcere privado, o texto sugere que essas circunstâncias caracterizam a hipótese de crime qualificado. Se a ação resultar em lesão corporal grave



Raimundo Lira é autor do projeto, que seguirá para a Câmara

ou seguida de morte, o delito aumentaria a pena do agressor. “Buscamos o maior desvalor da ação covarde que ofende a paz do lar”, resume o autor. O texto, que teve voto favorável

do relator, Benedito de Lira (PP-AL), muda o Código Penal (Lei 2.848/1940).

A proposta também abre a possibilidade de aumento de até a metade da pena para os crimes de furto, roubo e extorsão ou contra a liberdade sexual ocorridos em situação de tocaia nas imediações de residência, no interior de escola ou em raio de até cem metros de escola. “Desse modo, a retribuição será equiparada ao desvalor das condutas praticadas em circunstância indiscutivelmente traiçoeira e ousada”, diz o relator.

Fundo especial para campanhas será discutido na terça-feira

O Plenário analisa na terça-feira projeto que acaba com a propaganda partidária, restringe a propaganda eleitoral e cria o Fundo Especial de Financiamento de Campanha. O PLS 206/2017, de Ronaldo Caiado (DEM-GO), tramita em regime de urgência no Plenário.

O relator, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), anunciou que deve fazer ajustes no texto original, mas defendeu o projeto.

O dinheiro do fundo viria da compensação fiscal a emissoras pela veiculação da propaganda política e de multas por questões eleitorais.

RÁPIDAS

ACATADA URGÊNCIA PARA SEMANA CONTRA O SUICÍDIO

O Senado aprovou requerimento de urgência para projeto que cria a Semana Nacional de Prevenção do Suicídio e de Valorização da Vida. O objetivo do PLS 163/2017, de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), é diminuir a incidência de suicídios, conscientizar sobre as possíveis causas e inibir a automutilação. Estima-se que ocorra um suicídio a cada 40 segundos no mundo. No Brasil, são 32 suicídios por dia.

Autorizado crédito de US\$ 123 mi do BID para saúde no Ceará

Autorização para que o governo do Ceará firme empréstimo de US\$ 123 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), garantido pela União, foi aprovada ontem pelo Senado. Os recursos serão aplicados no Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada à Saúde do Ceará (Proexames). Agora a proposta (Mensagem 54/2017) vai à promulgação.

O crédito, que exige contrapartida local de US\$ 55,5 milhões, será liberado em cinco parcelas anuais, de 2017 a 2021. A maior parte dos recursos irá para obras e equipamentos de hospitais

do Litoral-Jaguaribe e Metropolitan, para a construção de policlínica em Fortaleza e para serviços de atenção ao parto nas regiões de Fortaleza, Cariri, Sobral e Litoral-Jaguaribe. Também vão financiar a informatização da gestão da rede hospitalar e o desenvolvimento de protocolos para atenção e acompanhamento a doenças crônicas como hipertensão e diabetes.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, destacou a importância da proposta. Disse que todos os representantes do povo devem se unir para um bem maior, e que o crédito vai “servir a população carente e sofrida do Ceará”.

Projeto com regras de segurança para piscinas volta à Câmara

A proposta que regulamenta o uso de piscinas, criando regras de segurança como a instalação de proteção para evitar a sucção de cabelos pelo ralo, foi aprovada ontem no Plenário. O texto é um substitutivo do senador Dário Berger (PMDB-SC) ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 71/2014 e, por isso, retorna para análise dos deputados.

O projeto torna obrigatória a instalação de dispositivo que evite o turbilhonamento, enlace ou sucção de cabelos ou membros do corpo pelo ralo. Além disso, impõe a instalação de um equipamento manual que permita a interrupção imediata de sistemas automáticos para a recirculação de água em piscinas. O dispositivo deve ficar em local visível, bem sinalizado e de livre acesso para o caso de emergências.

Também estabelece que a área da piscina tenha piso antiderrapante e seja isolada da área de trânsito de banhistas ou espectadores, mas com recinto visível a partir do exterior. A intenção é criar padrões mínimos de segurança para a fabricação, construção, instalação e funcionamento de piscinas, além de atribuir responsabilidades em caso de seu descumprimento. O projeto determina que os produtos ou dispositivos de segurança para piscina e similares tenham certificado do Inmetro. As infrações às normas serão punidas com multa de 1% a 20% do faturamento bruto da empresa. Para pessoas físicas a multa será de R\$ 5 mil a R\$ 200 mil. Também poderá haver interdição da piscina ou cassação da autorização de funcionamento.



Texto aprovado determina medidas para evitar acidentes em piscinas

Convidados criticam proposta de proibir funk

Participantes de debate sobre criminalização do ritmo afirmam que o preconceito e o totalitarismo estão por trás da ideia legislativa enviada ao Portal e-Cidadania

A SUGESTÃO LEGISLATIVA de criminalização do funk foi unanimemente condenada por convidados e senadores, durante audiência realizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa (CDH). A proposta (SUG 17/2017) foi apontada como uma ofensa às liberdades individuais e como um ato de discriminação contra os jovens que apreciam a cultura do funk, muitos deles moradores de periferia e favelas que encontram no ritmo formas de expressão e identidade.

Sugestão

O debate resulta de uma ideia apresentada ao Portal e-Cidadania do Senado por Marcelo Alonso, do Rio de Janeiro. A intenção do cidadão é que o funk seja considerado “crime de saúde pública contra crianças, adolescentes e a família”. Depois de receber apoio de mais de 20 mil internautas,



Romário (3º à dir.), relator da sugestão, pediu a audiência e já adiantou que é contrário à proposta em análise

a proposta foi convertida em sugestão legislativa que, se aprovada pela maioria dos votos dos membros da CDH quando entrar em pauta, será transformada em projeto de lei da comissão. O relator designado, senador Romário (Pode-RJ), pediu a audiência.

Falsa cultura

Romário adiantou que seu relatório será “cem por cento contrário” à proposta. Ele condenou as críticas feitas pelo autor da sugestão, de que os

bailes serviriam para a prática de crimes graves, como tráfico de drogas e estupros.

O senador observou que esses crimes ocorrem em diferentes ambientes e situações, e que já existe tipificação para os diversos tipos de delito no Código Penal ou em leis específicas. Para Romário, dizer que o funk é uma “falsa cultura” supõe que exista resposta clara sobre o que seria uma verdadeira cultura.

— Lembro que há um século o sambista e a cultura do sam-

ba, hoje patrimônio prezado por todos os brasileiros, eram perseguidos sob o pretexto de vadiagem. Hoje, funqueiros são apresentados como esturpadores e traficantes mesmo que não sejam esturpadores e traficantes, mas simplesmente por serem funqueiros.

Regina Souza (PT-PI), presidente da CDH, desejou que o funk “sobreviva em seu caminho de arte”, assim como sobreviveu o samba.

A antropóloga Mylene Mizrahi, da Universidade Federal

do Rio de Janeiro, disse que a proposta é inconstitucional.

— O que querem de fato é um Estado que diga quem pode criar e o que pode ser criado.

Inclusão

Participaram da audiência três funkeiros. Um deles, Fábio Luís de Jesus, o MC Koringa, disse que as músicas falam da realidade dos autores, quase sempre muito difícil. Moisés Osmar da Silva, o MC Bob Rum, observou que o baile funk é o ponto de encontro dos jovens de periferia. Segundo o MC Bruno Ramos, assessor da Secretaria Nacional da Juventude, mais de 20 milhões de jovens em todo o país integram movimentos ligados ao funk, que neles encontram referências de inclusão social e cultural.

José Medeiros (Pode-MT) e Magno Malta (PR-ES) disseram que votarão contra a sugestão. Apesar de convidado, Alonso não participou do debate.

Atuação de bancos no transporte de valores provoca divergência

A proibição da atuação de empresas de transporte de valores pertencentes a bancos tem sido o ponto de discórdia na análise do Estatuto da Segurança Privada (SCD 6/2016). O projeto foi discutido ontem em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O relator, Vicentinho Alves (PR-TO), assumiu o compromisso de apresentar uma nova versão de seu relatório, fruto de um acordo envolvendo a Federação Brasileira dos Bancos, a Polícia Federal, empresas do setor, sindicatos e cooperativas.

Porém, Vicentinho afirmou entender que na atual fase de tramitação da proposta, que nasceu no Senado e retornou

modificada da Câmara, não seria mais possível emendar o texto, mas só suprimir artigos.

Hélio José (PMDB-DF) discordou desse entendimento e defendeu a inclusão de uma emenda de redação para que as empresas hoje atuantes no mercado possam continuar operando, contemplando empresas pertencentes a bancos.

— Minha preocupação é que essa restrição leve à eliminação de 60 mil postos de trabalho. A restrição também preocupa Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Vicentinho se comprometeu a realizar reuniões de trabalho com Hélio José e Randolfe para dirimir as dúvidas.

No entendimento de Vi-



Vicentinho Alves afirma que apresentará nova versão de seu relatório

centinho, que afirmou ser também o da Polícia Federal e de empresas do setor, continuará permitido o transporte de valores próprios por parte dos bancos:

— O banco pode ter sua empresa, mas não prestar esse serviço para terceiros.

Ruben Schechter, da Associação Brasileira de Transporte de Valores, defendeu a restrição.

Quanto a outros pontos do estatuto, Vicentinho disse que há consensos, como a não restrição à participação de empresas estrangeiras e de cooperativas.

Jorge Viana lamenta crise no ensino superior

O caos está se instalando no ensino superior, disse Jorge Viana (PT-AC). Segundo o senador, o orçamento para o Ministério da Educação passou de R\$ 16 bilhões para R\$ 100 bilhões no governo Lula, chegando a 6% do PIB. Já no governo Temer houve um corte de R\$ 4 bilhões, atingindo diretamente as universidades públicas.

— Um gestor deve gastar melhor os recursos de que dispõe e não realizar cortes lineares, como é o caso do congelamento de gastos por 20 anos, em vigor no Brasil.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Cristovam: situação das universidades públicas é precária

O brasileiro está tão impactado pela corrupção que não está atento a problemas igualmente graves, disse Cristovam Buarque (PPS-DF). Um deles, disse, é a precária situação das universidades públicas. Para o senador, além de recursos, falta “alma” às instituições.

Segundo ele, as universidades ficaram alheias à irresponsabilidade fiscal dos governos, não buscaram eficiência administrativa e outras fontes de financiamento e deixaram de alavancar o progresso para se tornarem “escadas sociais”.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Flexa Ribeiro teme fim do Programa Luz para Todos

A previsão de término do Programa Luz para Todos em 2018 é motivo de receio, segundo Flexa Ribeiro (PSDB-PA). O senador disse que não haverá tempo suficiente para universalizar o acesso à energia elétrica a todo o país. Flexa salientou que o Pará fornece energia para outros estados, mas ainda assim 170 mil famílias paraenses não têm acesso à rede de energia.

— Quando a usina de Belo Monte atingir a capacidade máxima de geração de energia, apenas 3,22% de sua geração atenderão o Pará.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Randolfe registra os 74 anos de criação do Amapá

O Dia do Amapá, celebrado ontem, foi registrado por Randolfe Rodrigues (Rede-AP). O senador lembrou que há 74 anos, decreto-lei assinado pelo presidente Getúlio Vargas criava os territórios federais como estratégia de ocupação das fronteiras brasileiras. Mas a história do Amapá, disse, vem desde antes da chegada dos portugueses àquela região, por volta dos séculos 15 e 16.

— Foi a luta de amapaenses que fez com que aquela região, em definitivo, fosse incorporada ao território nacional.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Airton Sandoval destaca retomada da economia

Airton Sandoval (PMDB-SP) cumprimentou o presidente Michel Temer pelo crescimento econômico e pela coragem de promover as reformas essenciais para o país. Para ele, Temer conquistou base parlamentar capaz de repelir “o populismo e a incompetência”, em contraste com o “desprezo” dos governos do PT ao Poder Legislativo.

O senador citou indicadores favoráveis na economia, principalmente o crescimento do PIB, e chamou atenção para o resgate da confiança dos investidores no Brasil.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Aprovada em primeiro turno carreira policial para agentes penitenciários

Plenário acatou na primeira votação ontem a proposta de emenda à Constituição que cria as polícias penais federal, estaduais e distrital

A PROPOSTA QUE cria as polícias penais federal, estaduais e distrital foi aprovada ontem em Plenário, em primeiro turno, por unanimidade. Pela PEC 14/2016, os agentes penitenciários passam a ter os direitos inerentes à carreira policial. A proposição ainda terá que passar por três sessões de discussão antes da votação em segundo turno. Se aprovada, seguirá para a Câmara.

Do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), a PEC acrescenta essas polícias ao rol dos órgãos do sistema de segurança pública e determina como sua

competência a segurança dos estabelecimentos penais e a escolta de presos. A intenção, diz o autor, é liberar as polícias civis e militares das atividades de guarda e escolta de presos.

O texto foi aprovado com alterações feitas pelo relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Hélio José (PMDB-DF). Entre as mudanças, está a troca da expressão “polícia penitenciária” para “polícia penal”. Para Reguffe (sem partido-DF), a PEC valoriza os agentes penitenciários.

— A aprovação fará com que policiais que hoje fazem custó-

dia de presos passem a fazer o policiamento nas ruas, a proteger a população — afirmou.

José Medeiros (PSD-MT) disse que, com o texto, os agentes terão as condições de exercer seu trabalho.

— Eles vão ser policiais de fato e de direito. O Estado brasileiro vai ter quem mande nos presídios porque, hoje, quem manda são as facções.

Pacto federativo

O substitutivo vincula cada polícia penal ao órgão administrador do sistema penal do estado a que pertencer e esta-

belece que as polícias penais serão formadas pelos atuais agentes penitenciários e por novos servidores concursados.

Aécio Neves (PSDB-MG) destacou que essa regra evitará problemas no pacto federativo. O senador disse considerar que o texto “tira do limbo” os agentes penitenciários e que, com a criação da nova carreira, contorna-se um problema em discussão na Reforma Previdenciária. Os que os agentes passarão a ter a aposentadoria especial dos policiais.

— É um projeto simples, mas atende a um objetivo importante de uma categoria cada vez mais essencial à segurança tanto do sistema prisional quanto da sociedade.

Lúcia Vânia (PSB-GO) aproveitou a aprovação da PEC para homenagear o agente penitenciário Valdson Cardoso de Oliveira, que foi morto no início da semana em uma rebelião no Centro de Prisão Provisória de Luziânia (GO), no Entorno do Distrito Federal. A senadora reafirmou o respeito pelo trabalho de todos os agentes penitenciários.

Armando: crise fiscal reduzirá investimentos

Em pronunciamento no Plenário, o senador Armando Monteiro (PTB-PE) mencionou estudos econômicos que apontam déficit primário até 2022, com a consequente elevação da dívida pública, o que poderá levar o Brasil a conviver por muitos anos com déficits nominais elevados,

— À medida que o desequilíbrio fiscal se acentua, elevando a dívida pública, é evidente que os títulos públicos perderão a sua credibilidade. Nesse movimento, a poupança privada é canalizada para o Estado, e ajuda a bancar a máquina pública e os gastos gerais obrigatórios — afirmou o senador.

Para Vanessa, ajuste de Temer aumenta crise

As medidas do governo não vão resolver a crise econômica e ainda podem piorar a situação do país, disse a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Ela citou os economistas Delfim Netto, para quem “o Brasil voltou a ser uma colônia”, e Luiz Gonzaga Belluzzo, que em debate na USP criticou o ajuste fiscal do governo.

— O que estão fazendo com o nosso país nada mais é do que nos colocar de volta numa situação de colônia. Estão transformando o Brasil numa nova colônia em todos os aspectos.

Paim condena privatização da Eletrobras

“A privatização da Eletrobras é um atentado à soberania nacional”, disse o senador Paulo Paim (PT-RS).

Para ele, apesar de o governo alegar que a estatal é inviável, em 2016, a Eletrobras foi considerada a melhor empresa do setor elétrico brasileiro e a quinta maior do país em patrimônio líquido, segundo o jornal Valor Econômico e a Fundação Getúlio Vargas. Paim relatou que a Eletrobras tem 233 usinas que geram 31% da energia brasileira, sendo responsável por 50% das linhas de transmissão.



Da galeria do Plenário, agentes penitenciários acompanham a votação da proposta que cria polícias penais

Para debatedores, Fies deve ser amplo, responsável e transparente

Representantes do setor financeiro defenderam ontem a concessão de crédito estudantil, mas cobraram melhorias na medida provisória que reformula o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para ampliar a transparência, a responsabilidade e o poder de escolha do aluno. A MP 785/2017 tramita em regime de urgência no Congresso Nacional.

Em audiência pública na comissão mista que examina a medida, o diretor de Negócios da Federação Brasileira dos Bancos, Rafael Baldi, destacou a criação da modalidade Fies 3, com uso dos fundos constitucionais de desenvolvimento e do BNDES, afirmando que o enquadramento dos alunos deve ser aperfeiçoado. Ele destacou ainda a inadimplência no Fies, que chega a 51,4%.

— Tem que ficar claro para o aluno que é um empré-

mo, não bolsa. O aluno tem dificuldade em saber do saldo devedor, o que pode contribuir para a inadimplência. Há desconhecimento do aluno, que tem que ser informado quanto à evolução de sua dívida.

Fonte de recursos

Representante do BNDES, Carlos Vianna Costa também cobrou melhorias na MP, como a indicação da fonte de recursos e a inclusão do repasse a agentes financeiros como uma das modalidades previstas.

Com orçamento de R\$ 2,4 bilhões, o banco atuará no Fies 3, com foco em alunos com renda familiar de até 5 salários mínimos per capita.

Para Carlos Furlan, representante da Ideal Invest, é essencial o esforço combinado do poder público e da iniciativa privada.

— A gente oferece taxa de juro competitiva, de 14% ao ano, graças à parceria mantida

com as instituições de ensino, que subsidiam uma parte do juro dos alunos.

Diretor executivo da Quero Educação, Bernardo de Pádua ressaltou que é preciso pensar na sustentabilidade do programa. Ele disse que as faculdades vendiam o Fies como benefício, e não como empréstimo que deve ser quitado pelo aluno.

Secretário-executivo do

Ministério da Integração Nacional, Mário Ramos Ribeiro afirmou que o financiamento à educação incrementa a produtividade e a economia.

Internautas que participaram do debate cobraram uma redução dos juros, aumento no número de vagas, inscrições para vagas remanescentes e investigação sobre os motivos que levaram à alteração do programa.



O senador Dalirio Beber (3º à dir.), presidente da comissão, na audiência

Proposta busca garantir sinal de celular em todas as rodovias

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) pode votar na próxima semana um projeto que busca garantir a cobertura de celular em todos os trechos de estradas federais e estaduais. Relatório favorável

à proposta (PLS 5/2017) foi apresentado ontem por Otto Alencar (PSD-BA).

De acordo com o projeto, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), a autorização para prestação de serviço de telecomunicação móvel ficará

condicionada à obrigação de cobertura de toda a extensão dessas rodovias na área que for objeto da outorga. O objetivo é garantir que os motoristas possam comunicar acidentes e pedir ajuda.

— O projeto é fundamental

para segurança e socorro em caso de acidentes que acontecem em grande escala nas rodovias — afirmou Otto.

O relator parabenizou Cássio e disse que colocar a telefonia móvel nas estradas garantirá a manutenção de vidas.



Armando Monteiro, autor do projeto, e José Pimentel, relator: texto aprovado aumenta rigor contra vândalos



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Aprovada punição maior para vândalo de torcida organizada

Projeto, que irá para a Câmara se não houver recurso para votação no Plenário, eleva de 2 para 4 anos tempo de prisão para torcedores que fizerem tumulto ou ato de vandalismo em locais públicos

INTEGRANTES DE TORCIDAS organizadas que promoverem tumultos, conflitos ou atos de vandalismo em estádios e outros locais públicos poderão enfrentar punições mais duras. Isso é o que prevê o PLS 28/2014, do senador Armando Monteiro (PTB-PE), que foi aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Se não houver recurso para que o projeto seja votado pelo Plenário do Senado, ele será enviado diretamente para a Câmara dos Deputados.

A proposta recebeu parecer favorável do relator, José Pimentel (PT-CE), que acolheu duas emendas já aprovadas pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O texto original estabelecia reclusão de dois a oito anos para os torcedores envolvidos em brigas. Com as mudanças acatadas pelo relator, a pena será de um a quatro anos de reclusão mais multa.

Atualmente, o Estatuto do

Torcedor (Lei 10.671/2003), alvo das mudanças do projeto, fixa pena de um a dois anos de reclusão.

Morte

A mesma pena será imposta aos torcedores que se envolverem em distúrbios em um raio de cinco quilômetros ao redor dos jogos ou durante os trajetos de ida e volta.

Se dos casos de violência resultar morte ou lesão corporal grave, as punições deverão ser acrescidas em um terço, além do já previsto para esses crimes.

A outra emenda incorporada ao texto retirou a proibição de transferência de dinheiro para as torcidas organizadas por parte de clubes, federações e demais entidades esportivas. O relator considerou que a proibição de transferência de recursos proposta punia as torcidas organizadas de forma indistinta, antecipada e independentemente da prática de ilícito.

Pimentel ressaltou duas inovações importantes agregadas ao Estatuto do Torcedor pelo projeto: a vedação de transferência de verbas públicas ou pertencentes às empresas estatais às torcidas organizadas, já prevista na Lei 13.019/2014 (regime jurídico das parcerias voluntárias), e a dissolução judicial da torcida organizada cujos integrantes promovam atos de vandalismo e conflitos.

Sobre a última iniciativa, o relator avaliou que “sinalizará para a sociedade que o Estado não tolerará mais esse tipo de comportamento que não se compatibiliza com a cultura familiar e de paz que deve imperar no esporte”.

Armando destacou que Pimentel aperfeiçoou o projeto. O autor afirmou que a proposta tem o intuito de diminuir a selvageria nos estádios.

Magno Malta (PR-ES) disse que aqueles que se reúnem para brigar não são torcedores, mas criminosos.

Medida provisória do Funrural enfrenta resistência de produtores

O parcelamento das dívidas dos produtores rurais com o Funrural voltou a ser criticado ontem em audiência da comissão mista que analisa a medida provisória que trata do tema (MP 793/2017). Desta vez, foram ouvidos representantes dos setores de produção de leite e de grãos, além de cooperativas e cerealistas. Todos foram unânimes em criticar as condições exigidas dos produtores inadimplentes para aderir ao programa de regularização tributária, referente a contribuições vencidas até 30 de abril de 2017.

O superintendente técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Bruno Luchi, disse que a entidade defende o direito de o produtor escolher se deve calcular o imposto devido com base na folha de pagamento ou no faturamento.

Ele também pediu a prorrogação até o último dia útil do ano do prazo para que o produtor faça a adesão ao parcelamento, que se encerra no dia 29 deste mês. A entidade exige também que a adesão dos produtores inadimplentes ao parcelamento não implique renúncia de direitos, como condição imposta pelo governo para o pagamento dos débitos em até 180 meses.

Incentivo à sonegação

Para o vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Alberto Broch, a MP se soma à reforma da

Previdência em perdas de benefícios para os pequenos e médios agricultores familiares.

Ele condenou o desconto de até 100% dos juros e moras incidentes sobre aos débitos, o que definiu como um grande incentivo à sonegação.

Assessor jurídico da Organização das Cooperativas Brasileiras (Ocepar), Paulo Roberto Stoberl disse que a MP pode prejudicar a situação financeira das cooperativas. Ele destacou que muitos agricultores não integram mais os quadros da cooperativa, mas a dívida é da pessoa jurídica, no caso a cooperativa, obrigando que os débitos sejam rateados entre os demais cooperados.

O diretor-executivo da Associação das Empresas Cerealistas do Brasil, Roberto Queiroga, pediu uma solução definitiva para o problema. E Geraldo Borges, da Associação Brasileira dos Produtores de Leite, apoiou a proposta de conceder ao produtor a opção de calcular o imposto com base na folha de pagamento ou com base na produção.

O presidente da comissão mista, senador Dário Berger (PMDB-SC), definiu a questão como “um complicado imbróglio jurídico, que terá repercussões importantes para todo o setor agrícola”. A relatora da MP, deputada Tereza Cristina (PSB-MS), disse que a Justiça falhou e que, agora, os parlamentares precisam dar uma solução para o problema.

Cidinho comemora proibição de cobrança retroativa do Funrural

O senador Cidinho Santos (PR-MT) comemorou a promulgação do projeto de resolução do Senado (PRS 13/2017) que proíbe a cobrança retroativa das dívidas de produtores com o Funrural. Ele lembrou que os produtores rurais vinham sendo penalizados com



a bitributação e acrescentou que uma medida provisória em análise no Congresso complementará os efeitos do projeto.

— Deve haver um novo fundo para dar guarida às aposentadorias rurais, que será constituído de forma democrática.

Ângela Portela cobra de Michel Temer vetos à reforma trabalhista

Ângela Portela (PDT-RR) defendeu alterações na reforma trabalhista recentemente aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Michel Temer.

Ela criticou o governo por não ter cumprido a promessa de apresentar medida provisória para



vetar trechos da nova lei trabalhista e prometeu voltar a cobrar a medida.

Ao classificar a reforma trabalhista como “perversa”, Ângela disse que a MP será uma segunda chance para que os parlamentares voltem a debater os efeitos negativos da reforma.

Lídice questiona bloqueio de empréstimo federal para a Bahia

Lídice da Mata (PSB-BA) exigiu que o Banco do Brasil libere recursos federais para o governo da Bahia.

Segundo ela, o empréstimo é resultado da negociação dos governadores com o presidente Michel Temer.

Para Lídice, a situação mostra a fragilidade do



governo federal, que se mostra cada vez mais refém de “interesses mesquinhos” na Câmara.

— A bancada da Bahia, unida nesta Casa, continuará fazendo uma oposição que crescerá de tom a cada dia enquanto não virmos resolvida essa questão.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Novo Código Brasileiro de Aeronáutica já pode ser votado em comissão

A leitura do relatório de Maranhão foi concluída ontem e o substitutivo prevê fim da franquia obrigatória de bagagem, como quer Anac

O PROJETO QUE atualiza o Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) avançou mais um pouco ontem, com a conclusão da leitura do relatório de José Maranhão (PMDB-PB). O vice-presidente da comissão especial que analisa o tema, Pedro Chaves (PSC-MS), concedeu vista coletiva e ainda não há data definida para votação.

Resultado de uma comissão de especialistas formada em 2015, que trabalhou nove meses na elaboração de um anteprojeto, a proposta (PLS 258/2016) foi modificada por Maranhão, que apresentou substitutivo. O projeto, com 372 artigos, trata de assuntos diversos, desde infraestrutura da aviação a direitos do consumidor e responsabilidade civil, e recebeu 350 emendas.

O relator lembrou que o Código de Aeronáutica é de 1986, portanto anterior à Constituição (1988), ao Código de Defesa do Consumidor (1990) e à lei que criou a Agência Nacional de Aviação Civil (2005), evidenciando a necessidade de atualização.

Maranhão manteve o artigo do projeto original determinando que a autorização para a exploração de serviços de transporte aéreo público somente seja dada a empresas constituídas sob leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país. Não há menção ao atual limite máximo de 20% de capital estrangeiro nas empresas, logo tal restrição hoje vigente é derrubada no relatório.

— A abertura ao capital estrangeiro é uma importante e

modernizante característica do projeto para trazer investimento e ganhos resultantes da competição para a aviação civil brasileira — disse o relator.

No entanto, ele acolheu emenda para proteger a mão de obra nacional e o mercado de trabalho aos aeronautas brasileiros. As empresas brasileiras que operam serviço internacional poderão empregar comissários estrangeiros, desde que não exceda um terço da equipe da mesma aeronave.

O relator manteve as mudanças aprovadas recentemente pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), acabando com a franquia obrigatória de bagagem despachada em voos

nacionais e internacionais.

— A franquia obrigatória sobrecarrega o preço da passagem para quem que não faz uso do serviço. Contudo, obrigatoriamente a oferta de bilhete deve oferecer as opções com e sem os valores de

bagagem— explicou.

O projeto original proibiu o uso de balões não dirigíveis, exceto em interesse público, atividade científica ou previsão meteorológica. O texto atual remete a soltura a critérios da autoridade de aviação civil.



Maranhão lê o relatório, ao lado de Chaves, vice-presidente da comissão

O que prevê o substitutivo de José Maranhão

- ▶ **Balonismo.** A soltura de qualquer balão não tripulado sem dirigibilidade ou controle de deslocamento vertical ou horizontal fica sujeita a critérios e à autorização prévia da autoridade aeronáutica. A inobservância da regra é um atentado à segurança do espaço aéreo, crime cuja previsão está no Código Penal e com pena de dois a cinco anos de reclusão
- ▶ **Voos desportivos.** Voos desportivos e de instrução podem ser realizados em espaço aéreo não controlado, mas cabe à autoridade aeronáutica delimitar as áreas em que seja cabível restrição a favor da segurança da aviação civil. Todo dano causado a terceiros será assumido por seus operadores, independentemente da contratação de seguro
- ▶ **Consulta pública.** A alteração de normas de interesse das empresas, dos trabalhadores e dos usuários de serviços aéreos deve ser objeto de consulta pública, com duração mínima de 45 dias.
- ▶ **Participação estrangeira.** A autorização para a exploração de serviços de transporte aéreo público somente será dada a empresas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país. Deixa de existir qualquer restrição ao capital estrangeiro, ao contrário do que define o CBA, segundo o qual o capital estrangeiro somente poderá deter participação inferior a 20% nas empresas prestadoras de serviço aéreos
- ▶ **Bagagem.** A oferta do bilhete de passagem sempre deverá apresentar opções de preço sem bagagem a despachar. É obrigatório informar as condições tarifárias
- ▶ **Restrição de cancelamento de voos.** A empresa não pode cancelar reservas de voos subsequentes do passageiro que não se apresentou a tempo para o embarque do primeiro trecho
- ▶ **Aeroclubes.** Aeroclubes poderão funcionar como escolas de aviação desde que autorizado pela autoridade de aviação civil
- ▶ **Cancelamento e atraso.** Em caso de cancelamento de voo ou atraso superior a 4 horas, o passageiro tem direito a:
 - 1) Indenização no valor da maior tarifa cobrada pela empresa no trecho em questão;
 - 2) Garantia do direito contratual do transporte previsto, que pode ser usufruído da seguinte forma: acomodação em outro voo ou endosso do bilhete para outra companhia com serviço equivalente; reembolso do valor do bilhete;
 - 3) Assistência compatível com o tempo de espera, com alimentação e comunicação;
 - 4) Hospedagem e transporte nas hipóteses de endosso ou acomodação em outro voo cujo embarque previsto ocorra em período superior a seis horas com relação ao horário do voo original.
 A indenização e o reembolso serão pagos de imediato e em moeda corrente, mediante entrega do dinheiro ou depósito em conta corrente

Plantio de maconha para uso pessoal será debatido

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem requerimento de audiência para discutir a descriminalização do cultivo da maconha para uso pessoal. O tema é objeto da Sugestão Legislativa 25/2017, cujo relator é o senador Sérgio Petecão (PSD-AC).

A intenção de Petecão é ouvir a opinião de quem é contra e a favor de que os usuários plantem a própria erva, como sugeriram internautas por meio do Portal e-Cidadania, para decidir em seu relatório se a proposição deve prosseguir no Parlamento como projeto de lei.

— É um tema polêmico, está na ordem do dia, não podemos nos esquivar e correr desse debate. A comissão poderá dar uma contribuição grande para que possamos aprovar ou não esse tema no Senado — afirmou o senador.

Também foi aprovada a SUG 19/2017, que inclui os motoristas de ambulância no Regime Especial de Aposentadoria. Pelo texto, agora transformado oficialmente em projeto de lei, os motoristas poderão se aposentar após 25 anos de contribuição. Eles alegam que se submetem, ao lado de paramédicos, enfermeiros e demais profissionais envolvidos no atendimento pré-hospitalar, a condições insalubres, perigosas e penosas. A sugestão foi feita por meio do e-Cidadania.

Lasier defende texto sobre demissão de servidor estável

O projeto que permite a demissão de servidor estável pretende qualificar o serviço público, afirmou Lasier Martins (PSD-RS). O senador é relator do PLS 116/2017 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Lasier explicou que a proposta determina avaliações anuais. Se no primeiro ano o servidor público não atingir nota 2,9 em 10, ele ainda terá um segundo ano para se recuperar. Outro caso passível de demissão diz respeito a quem não atingir média superior a 4,9 em cinco anos seguidos.

— Queremos trabalhadores, servidores eficientes.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Simone Tebet destaca projetos de combate à violência

Os projetos sobre segurança pública aprovados ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) foram elogiados por Simone Tebet (PMDB-MS). Um deles, relatado por ela, prevê que o próprio preso pague as despesas com tornozeleiras eletrônicas (PLS 310/2016). A medida tem relevância social, segundo a senadora, porque 40% dos 560 mil presos hoje são provisórios.

— São 250 mil presos que ainda não têm sentença, sendo réus primários, acusados de crimes banais, que poderão aguardar julgamento fora das prisões — disse.



Moreira Matiz/Agência Senado

Flexa Ribeiro apoia recálculo de bancadas na Câmara

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu o projeto que impõe a revisão do número de deputados federais de acordo com a população dos estados. Segundo o texto (PLS 315/2016 — Complementar), o recálculo da proporcionalidade de vagas na Câmara deverá ser feita no ano anterior à eleição.

— Temos que definir agora, em 2017, a nova composição das bancadas para a eleição de 2018. Alguns estados vão ganhar, outros vão perder deputados. E a maioria não ganha nem perde.

O senador criticou a tentativa de obstrução do projeto por parlamentares que temem que seu estado perca representantes.

Bezerra rechaça agressão verbal de Jarbas Vasconcelos

O senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) rechaçou as agressões verbais do deputado federal Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). Segundo Bezerra, tudo começou após sua decisão de trocar o PSB pelo PMDB, partido ao qual se filiou quando foi deputado constituinte.

O senador disse ter orgulho de sua luta política em favor de Pernambuco e lembrou que durante a sua vida pública nunca agrediu ninguém. Bezerra afirmou que a decisão de deixar o PSB se deu por não concordar com os erros administrativos que vêm se acumulando em Pernambuco.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Rose pede reforma de rodovia no Espírito Santo

Rose de Freitas (PMDB-ES) expressou indignação com as mais de 30 mortes causadas em dois acidentes, em menos de três meses, na rodovia BR-101 no Espírito Santo. A senadora também disse que a empresa Eco101, atual concessionária responsável pela estrada no estado, pouco progrediu na duplicação da rodovia, mesmo tendo aumentado os pedágios.

— Não é minha intenção demonizar a lucratividade de um negócio. O que entendo como inadmissível é uma empresa manter seus ganhos por três anos sem oferecer os melhores serviços aos clientes.



Roque de Sá/Agência Senado

Preso pagará por tornozeleira, decide comissão

Projeto que segue para a Câmara estabelece que os condenados monitorados eletronicamente deverão custear o equipamento, a menos que comprovem não ter condições financeiras

CONDENADOS MONITORADOS ELETRONICAMENTE podem passar a arcar com o custo da tornozeleira. A possibilidade foi aberta por projeto de lei do senador Paulo Bauer (PSDB-SC), aprovado ontem por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Caso não haja recurso para votação em Plenário, o projeto (PLS 310/2016) seguirá para a Câmara dos Deputados.

A relatora, Simone Tebet (PMDB-MS), apresentou parecer favorável, com duas emendas. Uma estabelece punições para o preso que não pagar, que podem ir de advertência à volta para o re-

gime fechado. A outra emenda permite que o Estado custeie a tornozeleira do condenado comprovadamente sem condições financeiras.

— Sabemos quão caro custa o sistema penitenciário no Brasil. Nada mais justo que os presos que não são de alta periculosidade possam aguardar a sentença em seus domicílios. Só não o fazem porque os estados não têm condições de arcar com esse custo.

Duplo alcance

O projeto, que altera a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984), tem alcance econômico e também social, disse a relatora. O preso vai



Reunião da Comissão de Constituição e Justiça: senadores aprovaram projeto de Paulo Bauer por unanimidade

pagar entre R\$ 350 e R\$ 400 por mês, garantindo economia aos cofres públicos, diminuindo a superlotação nos presídios e impedindo que se aliciem os

presos de menor periculosidade, explicou Simone.

Segundo levantamento do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), o principal

item usado no monitoramento é a tornozeleira eletrônica. Calcula-se que a despesa média mensal por pessoa monitorada oscile entre R\$ 167 e R\$ 660.

OAB poderá ter permissão para ação civil pública

Projeto de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) que estende à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) a legitimidade para propor ação civil pública foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Atualmente podem impetrar esse tipo de ação: o Ministério Público, a União, os estados, municípios, autarquias, empresas públicas, fundações, sociedades de economia mista e associações para a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência e aos patrimônios histórico, turístico, artístico, paisagístico e estético.

Cássio afirma que o Conselho Federal da OAB está autorizado pela Constituição a propor ações diretas de in-

constitucionalidade e declarações de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal: “assim, por uma questão de coerência e tendo em vista a importância das ações coletivas para fiscalização da ordem jurídica e tutela dos direitos coletivos, é que se propõe a inclusão da OAB”.

Para o relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), “a aprovação do projeto garantirá, de forma inequívoca, a possibilidade de utilização desse relevante instrumento pela OAB em defesa dos direitos coletivos”.

Recurso

Como a decisão é terminativa na CCJ, o PLS 686/2015 poderia seguir para a Câmara, desde que não houvesse recurso para votação em Plenário.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) adiantou, no entanto, que apresentará recurso. Ele pediu o adiamento da votação na CCJ porque, em sua visão, a prerrogativa deve ser apenas de órgãos típicos de Estado:

— Isso abre um precedente. Daqui a pouco o Conselho Federal de Medicina e de Odontologia também vão poder entrar com ação civil pública. A OAB é uma instituição como outra qualquer e que muitas vezes tem vinculação política. Esse assunto não foi debatido aqui, nunca teve audiência pública.

Antonio Anastasia disse que não tinha objeção, mas o presidente da CCJ, Edison Lobão (PMDB-MA), ponderou que a votação já havia começado e que não era possível retroceder.

Avança acesso do investigado a prova durante fase de inquérito

Investigados em inquéritos policiais poderão fazer defesa e contraditório dentro do próprio inquérito. É o que estabelece projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto segue para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para levá-lo ao Plenário do Senado.

O PLS 366/2015, de Roberto Rocha (PSB-MA), permite que a defesa do acusado tenha acesso às provas durante o inquérito, requisite vista dos autos e requeira diligências próprias. Isso poderá ocorrer mesmo após o indiciamento. O relator, João Capiberibe (PSB-AP), emendou o texto para abrir uma exceção: quando o acesso do investigado “co-

locar em risco a eficácia das investigações”.

O projeto também permite que elementos probatórios produzidos durante o inquérito sejam usados para fundamentar a sentença final do juiz. Para isso, no entanto, deverão ser assegurados a participação e o contraditório da defesa ao longo do inquérito.

Segundo Roberto Rocha, o principal objetivo é garantir que o acusado não seja “réfém” do inquérito. “É preciso promover condições para que o indiciado participe do procedimento investigatório, indicando meios de prova para que a investigação se aproxime ao máximo da verdade”, explica o senador em sua justificativa para o projeto.

Adiada para quarta-feira votação de propostas da reforma política

Um pedido de vista adiou para quarta-feira a votação de projetos que tratam da reforma política na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Um deles é o PLS 86/2017, de José Serra (PSDB-SP), que altera a Lei Eleitoral (Lei 9.504/1997) para instituir o voto distrital misto nas eleições proporcionais (vereador e deputados estadual, distrital e federal).

Segundo explicou Serra na justificativa do projeto, o sistema distrital misto combina o voto proporcional com o voto distrital.

A proposta determina que cada partido passe a registrar um candidato e seu suplen-

te por distrito eleitoral nas eleições para as câmaras municipais, assembleias legislativas, Câmara Legislativa do Distrito Federal e Câmara dos Deputados.

O relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), recomendou a aprovação do projeto.

Também ficou para a próxima semana a votação da proposta de emenda à Constituição, que combina o voto em lista fechada e o voto distrital, instituindo o sistema proporcional misto para a Câmara.

Segundo o relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), a proposta (PEC 61/2007) deve baratear as campanhas porque os candidatos não terão que viajar longas distâncias.

Induzir jovens à automutilação pode virar crime

Induzir, instigar ou auxiliar criança ou adolescente a cometer automutilação (o chamado *cutting*) poderá dar cadeia. A conduta é criminalizada pelo Projeto de Lei do Senado (PLS) 664/2015, aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Como o texto aprovado foi um substitutivo, a proposta terá uma segunda votação.

Pelo projeto, apresentado por Ciro Nogueira (PP-PI) e relatado por Ana Amélia (PP-RS), o novo tipo penal abrange atos para induzir à automutilação, cometidos por qualquer meio, inclusive salas de bate-papo na internet. Poderão ser alcançadas pela lei pessoas envolvidas em jogos eletrônicos de desafios macabros, que incitariam o participante até ao suicídio.

Diversos senadores elogiaram a iniciativa, como Magno Malta (PR-ES), Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Simone Tebet (PMDB-MS).

— O Senado está se ocupando das questões imediatas que tanto afligem a população — disse José Serra (PSDB-SP).

Penalidades

Ana Amélia já havia apresentado proposta em que sugeria a redução das penas previstas no texto original. Depois dos debates na comissão, optou por um substitutivo, para deixar claro que o objetivo é punir apenas adultos que instiguem a automutilação, excluindo menores. A senadora explica que houve preocupação com a hipótese de a criança ser induzida ao *cutting* por um

adolescente ou outra criança: “Prevaleceu o sentimento de que a pena nesse caso seria uma revitimização do menor instigador, que, no mais das vezes, também seria praticante da automutilação”.

Ao justificar a redução das penas, Ana Amélia disse que a medida está em consonância com outras do Código Penal. A pena vai de detenção (em regime aberto ou semiaberto) de seis meses a um ano à reclusão de dois a seis anos.

Ciro justifica que a internet contribui para a disseminação de assédio moral (*bullying*) e incitação ao *cutting*. Nesse ambiente, diz, os jovens se sentem pressionados a seguir estilos de vida como forma de afirmação e aceitação. Para isso, muitos chegam a se lesionar.